

LIBERTARIANISMO E SOCIALISMO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA ÉTICA AMBIENTAL*

PAULO BENINCÁ DE SALLES**

Abstract

This paper stretches out the possibility to ground libertarians' and socialists' political environmental theories on moral principles, according to the ethical point of view designed by Goodpaster and Regan in constructing the basis for an environmental ethics.

Keywords: Environmental Libertarianism, Socialist Environmentalism

Resumo

Este artigo indica a possibilidade de fundar teorias políticas ambientalistas libertárias e socialistas em princípios morais, seguindo as concepções propostas por Goodpaster e Regan para construir as bases de uma ética ambiental.

Palavras-chave: Ambientalismo libertário, ambientalismo socialista

Christopher Manes: Limites e possibilidade de uma ética ambiental libertária

Confrontando as propostas dos filósofos morais, Tom Regan e Kenneth Goodpaster, com a ideologia e formas de ações propostas por Christopher Manes, no texto *Ecotage*, encontramos, no autor e em sua ideologia, um libelo do movimento ambientalista radical. Essa forma política adota uma postura de confrontação direta, de variadas maneiras, tantas quantas forem as diversas formas de degradações ambientais que tenham sido ou possam vir a ser cometidas.

As ações dos ecossabotadores encontram respaldo jurídico no princípio da *desobediência civil*, praticada em nome da defesa do planeta pois este, entendem os ativistas, é a morada comum a todas as formas de vida, devendo-se combater quem a quer destruir.

Para os ativistas libertários, as ações devem ser feitas de forma pacífica, não injuriosa, respeitando-se os princípios da não-violência e não-agressão à vida.

Em seu texto, quando cita Roderick Nash, C. Manes alia-se aos preceitos filosóficos liberais, de defesa das minorias, ampliando-as para que possam ser contempladas também, como oprimidas, as comunidades de plantas e de animais, não aceitando como fundamento para sua destruição o princípio do direito sagrado à propriedade. Segundo os integrantes desta corrente de pensamento-ação há um equívoco propositado, na inclusão, por parte dos liberais conservadores, da propriedade privada, entre os direitos inalienáveis, previstos na constituição norte-americana. A propriedade tem funções sociais e ambientais que extrapolam os contornos geográficos estabelecidos em seus limites físicos;

portanto, seu uso pode sofrer restrições.

Assim, Manes rompe com os liberais, na questão da defesa irrestrita do direito de tudo fazer em nome da propriedade privada, e, indaga: como a sociedade tem de aceitar o reconhecimento do direito inalienável de uma propriedade, quando um trator avança destruindo áreas que suportam diversas comunidades de plantas e animais? Pergunta também, como pode haver reconhecimento do direito de propriedade, por parte do Estado, quando os proprietários colocam em risco o meio ambiente, se, nas leis, esse mesmo Estado estabelece que tais práticas são ilegais, e o tipo de direito à propriedade que a sociedade reconhece é aquele que deve estar em harmonia com o da proteção ambiental ?

Os adeptos da ecossabotagem colocam a lei em posição subalterna e de desvantagem, sobre um fato moralmente equivocado e partem para a ação, orientados e respaldados nos princípios identificados. Ecossabotadores afirmam que o Estado não é capaz de conter a destruição ambiental, sendo muitas vezes conivente e que a legislação por si, é inadequada para proteger o meio ambiente.

Nos dias atuais, o *Earth First!* é o movimento que exponencia os feitos desta corrente de pensamento ambientalista. Em seu site, assim se expressam: “*Earth First!* é diferente de outros grupos ambientais. Aí estão algumas coisas para se ter em mente, sobre o *Earth First!*, e algumas sugestões para ser um *Earth Firstler* ativo e útil: Primeiro de tudo, *Earth First!* não é uma organização, e sim um movimento. Não existem “membros” do *Earth First!*, somente *Earth First!ers*. É uma convicção no biocentrismo de que a vida (a Terra) vem primeiro, uma forma de pôr convicções em ação. Embora haja uma ampla diversidade dentro do *Earth First!* (de vegans defensores dos direitos dos animais, a guias de caça em selvas, de sabotadores, a atentos seguidores de Gandhi, [...] de filósofos pensativos misantropos, a humanistas), há acordo em uma coisa, a necessidade de ação!”

Os ecossabotadores consideram que todo e qualquer ataque aos animais e aos ecossistemas, na verdade é um ataque contra nós mesmos. Sendo assim, entendem que agem defendendo legitimamente todas as formas de vida, amparados ética e judicialmente, pelo princípio da autodefesa legítima, e da defesa legítima dos oprimidos, o que não os impede de serem considerados, por seus desafetos, terroristas ambientais.

Uma das ações que mais polêmica causou foi a colocação de pregos em árvores, visando danificar os equipamentos, para evitar que fossem abatidas por serras elétricas. O rompimento da corrente de uma dessas serras elétricas acabou ferindo um operário da indústria madeireira, no norte dos EUA. No Brasil, campanhas contra o corte do mogno, na Amazônia, tem essa marca registrada.

Manes, em seu texto, “*Ecotage*”, contesta a visão utilitarista dos recursos naturais, a visão de que a natureza aí está para o provimento ilimitado das necessidades da espécie humana, e seu valor só pode ser reconhecido se serve para o benefício dessa espécie de vida. Para Manes, a terra é uma rede de comunidades vivas interdependentes, não uma loja de departamentos. A concepção da diferença absoluta entre a vida humana e as não-humanas, para Manes, está mudando, em todos os lugares. A biologia levanta novas questões sobre o valor da vida, especialmente da vida selvagem.

Manes não se dedica, em seu artigo, à análise dos fundamentos filosóficos para a construção de uma ética ambiental, que considere os animais não-humanos, conforme preconizada por Regan e Goodpaster. Particularmente, entendo que a proposta de Manes é muito mais uma reação da comunidade ambientalista, materializada através de ações radicais conscientes frente a agressões ambientais, feitas em nome de uma ética que envolve os pressupostos morais de auto-defesa, umbilicalmente ligados na defesa do planeta e de todas as formas de manifestação da vida.

Dito de outra maneira, a proposta de Manes tem profunda raiz ética. Embora não explicita os direitos morais, de animais e ecossistemas, chama para si a tarefa de defendê-los, por seu valor próprio, intrínseco, e não por seu valor instrumental, ou de utilidade para os olhos humanos. Ambientalistas libertários assumem, na verdade, o cumprimento contratual, em nome da parte vulnerável, incapaz de fazê-lo conscientemente, pelo princípio do direito à vida. Neste sentido, entendo que a proposta de Manes é a vanguarda que auxilia a disseminação dos princípios éticos, que consideram seriamente a vulnerabilidade de seres não-humanos, preconizada por Regan e Goodpaster.

O socialista James O'Connor – limites e possibilidade de uma ética ambiental

Em seu texto, “Socialismo e Ecologia”, James O'Connor adota uma visão socialista marxista da história, sua linha de argumentação, para a análise do que chama, crise global ecológica, interpretada como um profundo equívoco das relações de produção capitalistas. A crise ecológica, no entender de O'Connor, só poderá ser resolvida se tivermos soluções para a crise econômica, ou seja, o autor cria um vínculo de dependência entre elas, ao afirmar que o capitalismo parece ter criado as condições para o nascimento e amadurecimento de uma ecologia socialista.

As idéias expressas pelo autor, ao longo do texto, são voltadas para identificar as possibilidades de uma ecologia social, nos parâmetros dos princípios marxistas. Para tanto, aborda a questão das relações de produção, das diferenças ideológicas, entre o capitalismo, o socialismo, a democracia liberal, a democracia radical, e a interação do movimento ambientalista com aquelas tendências políticas, que pode tanto ser um aliado ingênuo dos capitalistas, quanto um aliado consciente dos socialistas. Para O'Connor, um socialismo, pensado nos dias atuais, não pode prescindir do ambientalismo. Seria um avanço inestimável, se reconhecêssemos a experiência histórica do socialismo em sua catastrófica devastação ambiental.

O'Connor lembra que no socialismo tradicional, a natureza, vista como objeto e não como sujeito, não estava considerada na base conceitual e doutrinária. Sua proposta, de redefinir a política, inserindo-a na ecologia, regionalizando-a, fazendo um socialismo local, visa redefinir a ecologia como forma de expressão mais refinada da relação entre seres humanos e natureza. Tal relação deve assegurar a integridade dos ecossistemas, em âmbito local, regional e internacional. Nessa perspectiva, ecologia e localismo constituiriam a mais potente crítica ao capitalismo e ao estado socialista ou, à idéia de um

Estado nacional.

Outra importante contribuição do texto de O'Connor, é a desconstrução da idéia de *massa*, ao referir-se a um conjunto de seres humanos. Políticas de identidade cultural, integradas aos ecossistemas locais, configuram hoje, no lugar das *massas*, o universo de atores, engajados na mesma luta. Neste ponto, O'Connor alia-se ao biorregionalismo anarquista, comunitarista, expresso na concepção de Gary Snyder.

O'Connor entende que o livre mercado, aliado ao ambientalismo, constituem duas forças diferentes, contrárias ao socialismo, as forças de “falsos verdes”. Ecologia, aliada ao localismo, pelo contrário, contrapõe-se fortemente ao capitalismo nacionalista, fomentador dos “falsos verdes”. Para fortalecer este cenário de resistência contra os falsos verdes, O'Connor convoca os biorregionalistas, os quais considera, “ecologistas autênticos”.

Por fim, O'Connor expõe, com clareza, a tese de que o capitalismo é responsável pela criação das condições de existência de um movimento socialista ecológico, devido à crise econômica e ecológica iniciada na década de 70. A ecologia, apesar de ser um assunto local, também é um assunto nacional e internacional. A síntese verdadeira da questão é que, mesmo a intervenção ambiental sendo local, exige um planejamento global.

O autor tece críticas ao socialismo tradicional, pois entende que sua doutrina divide as forças de resistência, além de ser conservadora. O socialismo tradicional propõe a diminuição da exploração, mas mantém os princípios econômicos tradicionais capitalistas, de crescimento e austeridade. Sua maior falha, foi não ter subordinado o Estado à sociedade civil.

Não há, no texto, menção direta às questões da ética ambiental, nos moldes propostos por Goodpaster e Regan, deixando transparecer o desconhecimento do autor sobre o assunto, ou sua dificuldade em tratar da questão, na perspectiva filosófica, até porque, como o afirma o próprio autor, não se encontra em Marx, nem no materialismo histórico, conceitos de produção social que incluam a consideração de culturas naturais e biorregionais.

Notes

* Este artigo resulta dos estudos e pesquisa realizados ao longo de dois semestres, nos Seminários de Teorias da Justiça, Ética Ambiental, e Tópicos Especiais em Ética, dos Programas de Pós-graduação em Filosofia, e Doutorado Interdisciplinar, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, sob a orientação da Profa. Sônia T. Felipe. Agradeço aos colegas, Julia Aschermann Mendes de Almeida, Rodrigo Cândido odrigues, Silvio Luiz Negrão e Vicente Volnei de Bona Sartor, a leitura e discussão do texto preliminar deste artigo, e à Comissão Editorial da Revista *Ethic@*, a oportunidade de sua publicação.

** Engenheiro Florestal, aluno do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC, elabora tese sobre Áreas de Preservação Ambiental, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe.